

Estimando o Efeito de Ser Candidato Pentecostal sobre o Voto nas Eleições Brasileiras de 2014*

Fábio Lacerda
flmds@usp.br

*«A força da candidatura não está no meu nome.
Se não fosse eu, seria outro e seria eleito da mesma
forma; com absoluta certeza.»*
– Paulo Gouvea (PL-RS), pastor da IURD¹

1. Introdução

Desde o lançamento de *O Refúgio das Massas*, obra seminal de d'Epinau (1970), é comum encontrar na literatura das ciências sociais sobre religião e política na América Latina a ideia de que políticos pentecostais poderiam contar com sólido apoio eleitoral dos seus fiéis, caracterizados como «curral» ou «rebanho eleitoral» desses políticos.

A evidência de apoio eleitoral sólido ao candidato pentecostal não corrobora, por si só, o argumento do «rebanho eleitoral», mas é condição necessária para ele. Além disso, é necessária também para a própria caracterização das «candidaturas oficiais» pentecostais (cf. Freston 1993). No entanto, até hoje, evidências nesse sentido foram apresentadas apenas por estudos de um ou poucos casos. Tento contribuir para preencher essa lacuna, oferecendo evidências quantitativas para responder a importantes perguntas sobre a representação política dos evangélicos no Brasil: candidatos pentecostais arrecadam mais ou menos recursos de campanha do que os demais candidatos? Qual é o efeito de ser candidato pentecostal sobre o voto nas eleições para o legislativo no Brasil? O tipo e a estrutura da igreja são relevantes para tal efeito?

Na seção seguinte, retomo brevemente a literatura sobre evangélicos e política, bem como a discussão sobre os determinantes do sucesso eleitoral dos deputados no Brasil. Na seção 3, a partir da literatura, desenvolvo a teoria e formulo as hipóteses que serão testadas. Na seção

* Preparado para o VII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, maio de 2017.

¹ Entrevistado por Oro (2003b).

4, apresento e descrevo os dados e variáveis utilizados. Na seção 5, apresento os resultados e achados. Na seção 6, ofereço evidências qualitativas de candidatos apoiados por igrejas pentecostais que perderam o apoio delas ao longo do mandato, decidiram concorrer à reeleição e não foram reeleitos. Essas evidências ressaltam a importância do apoio das igrejas aos candidatos pentecostais e servem como argumento contrafactual de que, estivesse o apoio das igrejas ausente, os candidatos não teriam sido eleitos. Por fim, na última seção discuto os achados e apresento comentários finais.

2.1 Pentecostais e eleições

O crescimento da população evangélica na América Latina ao longo do século XX despertou o interesse de estudiosos das ciências sociais sobre as causas e possíveis consequências do fenômeno. Desde o início, uma das preocupações dos pesquisadores foi com a relação entre o crescimento pentecostal e a política latino-americana. Desde o início, também, os estudos apresentaram diferentes visões e prognósticos. Enquanto alguns sugeriram que o crescimento do protestantismo poderia ter efeitos positivos sobre as democracias da região (e.g., Willems 1967; Stoll 1990; Martin 1990; Mariz 1992; Smith 1994; Dodson 1997), outros ressaltaram os possíveis efeitos negativos (e.g., d’Epinay 1970; Bastian 1994; Chesnut 1997; Gaskill 1997). Nessa última visão, as igrejas pentecostais ingressariam na política promovendo práticas clientelistas e nocivas à democracia. Líderes pentecostais atuariam como *brokers*, supostamente controlando os votos de suas congregações e se valendo deles para manterem estruturas sociais injustas. No caso do Brasil, bispos e pastores seriam recrutados por partidos políticos – normalmente de centro ou direita – para disputarem eleições para os legislativos municipais, estaduais e federal². Uma vez eleitos, eles beneficiariam suas igrejas com políticas paroquiais. O argumento aventado se baseia na suposição de que o «rebanho eleitoral» das igrejas ofereceria considerável grau de apoio eleitoral a seus líderes.

Desde a década de 1990, os estudos focados no caso brasileiro notaram que a entrada de líderes evangélicos nas disputas para o legislativo foi um fenômeno circunscrito a um pequeno conjunto de igrejas pentecostais. O processo se iniciou com a Assembleia de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), sendo, mais tarde, emulado por outras igrejas. Outro fato digno de nota é que, em que pesem as diferenças organizacionais, essas igrejas passaram a lançar «candidatos oficiais» para os pleitos legislativos, i.e., apoiados oficialmente pelas igrejas (cf. Freston 1993).

² A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro (PRB) constituem, em certo sentido, uma exceção. Neste caso, não se trataria propriamente de um partido recrutando candidatos de uma igreja, mas, antes, de uma igreja «criando» um partido para, por meio dele, lançar seus candidatos. Note-se, no entanto, que não há vínculo formal ou estatutário entre o PRB e a IURD.

O crescimento do número de candidatos pentecostais eleitos durante a redemocratização levou cientistas sociais a se perguntar sobre qual seria a «força» desses candidatos, bem como sobre o grau de apoio das congregações a seus líderes. É preciso destacar, nesse sentido, a importância do *survey* realizado por Fernandes (1998) na região metropolitana do Rio de Janeiro. Focado exclusivamente na população evangélica, o estudo revelou que, ao serem questionados sobre em quem tinham votado, 87% dos fiéis da AD respondiam ter escolhido candidatos da própria igreja. No caso dos fiéis da IURD, esse percentual chegava a 95%. Os fiéis da Igreja Batista e das demais igrejas históricas disseram votar mais em candidatos pentecostais do que nos das próprias denominações³.

Embora limitadas ao Rio de Janeiro e a apenas uma eleição, as evidências de Fernandes foram citadas com frequência na literatura como indicio de alto apoio dos fiéis evangélicos a candidatos de igrejas. Desde então, um número ainda pequeno, embora crescente de pesquisadores continuou se debruçando sobre o tema. Pela própria natureza do trabalho, a investigação sobre a relação entre candidatos evangélicos e suas igrejas exige estudos de caso que se aprofundem em uma igreja e/ou região específicas (e.g., Schoenfelder e Paz 2006; Borges Jr. 2010; Valle 2013; Barbosa 2015). Esses estudos revelaram que igrejas como a Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) se mobilizam para que seus fiéis votem nos candidatos da igreja para o legislativo.

O crescimento da representação política dos evangélicos no Brasil se deu graças ao sucesso de candidatos pentecostais apoiados por suas igrejas. Até hoje, os casos mais ilustrativos e citados por pesquisadores foram os da AD, IURD e IEQ. No entanto, outras igrejas pentecostais também apoiam candidatos oficiais, tendo inclusive sido objeto de atenção da mídia⁴. Vale destacar que, no Brasil, é proibido fazer propaganda política em igrejas e templos religiosos (Lei 9.504/97, Art. 37). A proibição não é específica a igrejas. É, antes, uma proibição de caráter geral contra a propaganda política em bens de uso público (e/ou bens cujo uso dependa de cessão do poder público), tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais e templos religiosos. A lei é vaga, dando margem considerável para discussão sobre quais atividades e discursos se constituiriam em propaganda política e onde elas não poderiam ser feitas.

³ A pesquisa de Fernandes (1998) entrevistou 1.332 pessoas. Vale destacar que pesquisa amostral de 2013 do Instituto Datafolha encontrou resultados diferentes. Segundo a pesquisa, apenas 18% dos evangélicos pentecostais disse já ter votado em algum candidato recomendado por sua igreja. Obviamente, esses resultados devem ser vistos com alguma cautela. É provável que, devido a um viés de desejabilidade, muitos respondentes optem por dizer que nunca seguiram a orientação de sua igreja ou pastor, mesmo já o tendo feito. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/07/1314857-fatia-de-catolicos-e-a-menor-em-duas-decadas.shtml>>

⁴ Ver, por exemplo: «TRE faz operação em igrejas evangélicas de Caxias e apreende material de candidatos» (*O Globo*, 17/09/14); e «Deputados ligados à Igreja Mundial são cassados por ‘abuso de poder religioso’» (*Gospel Prime*, 1/09/15).

De modo geral, o desempenho eleitoral dos candidatos pentecostais parece relacionado ao perfil da igreja que o apoia. Algumas variáveis seriam de particular relevância, tais como o tamanho da igreja (número de templos, número de fiéis), a estrutura midiática, o grau e ênfase no apoio oferecido e a centralização decisória. Em outras palavras, quanto maior for a igreja em termos de estrutura e número de fiéis, quanto maior e mais enfático for o apoio dado pela instituição aos candidatos, e quanto mais centralizada for sua estrutura eclesial, maior será a probabilidade de sucesso eleitoral. A centralização decisória está relacionada ao processo de seleção de candidatos. Numa igreja em que há forte centralização decisória, os candidatos são selecionados pela hierarquia e os não selecionados não podem competir. Por outro lado, a ausência de centralização faz com que o processo de seleção seja menos controlado, permitindo que mesmo aqueles que não foram oficialmente selecionados ainda assim tentem disputar os votos da congregação.

A IURD aparece como o caso prototípico de representação corporativa pentecostal. Além de estar entre as maiores igrejas pentecostais brasileiras, é conhecida por ser mais enfática no apoio a seus candidatos do que as demais, e, certamente, possui uma das mais centralizadas estruturas eclesiais do país (cf. Oro 2003a; Mariano 2004; Barbosa 2015). A AD, em contrapartida, mesmo sendo a maior igreja evangélica do Brasil, é relativamente descentralizada e, ao menos até 2014, não possuía controle de candidaturas rigoroso. A igreja permite que membros se lancem candidatos mesmo sem ter sido vitoriosos nas prévias internas. Com isso, os votos dos fiéis acabam dispersos entre vários candidatos (cf. Borges Jr. 2010). Por fim, a IEQ possui número de fiéis próximo ao da IURD, mas, embora desde 2000 conte com uma estrutura organizacional e lance candidatos oficiais (cf. Schoenfelder e Paz 2006), o processo não parece tão controlado como o da Universal, nem implica em «pressão» sobre os fiéis, tal como ocorre com os fiéis iurdianos.

A hipótese de que há relação entre o desempenho dos candidatos pentecostais e o perfil de sua igreja supõe que os votos recebidos pelos candidatos provêm da própria congregação. No entanto, pode-se aventar também que parte deles venha de outros eleitores evangélicos⁵. Nas eleições proporcionais brasileiras, vem crescendo o número de candidatos que se valem de títulos evangélicos em seu «nome de urna». O aumento do número de candidatos bispos e pastores sugere que tal estratégia possa servir como uma «pista» religiosa para atrair eleitores evangélicos, sinalizando-lhes a identidade evangélica do candidato. A estratégia se explicaria pelas características do sistema político brasileiro: alta fragmentação partidária, partidos com

⁵ Em entrevista a Borges Jr. (2010), o deputado maranhense e líder da AD Costa Ferreira afirma que «95% dos seus votos procedem do meio evangélico» (p. 75). De modo semelhante, a deputada Eliziane Gama, também da AD maranhense, diz que «90% de seu eleitorado também são de evangélicos» (idem). As afirmações não são claras, mas dão a entender que os deputados da AD não receberiam votos apenas de eleitores da AD, senão também do eleitorado evangélico em geral.

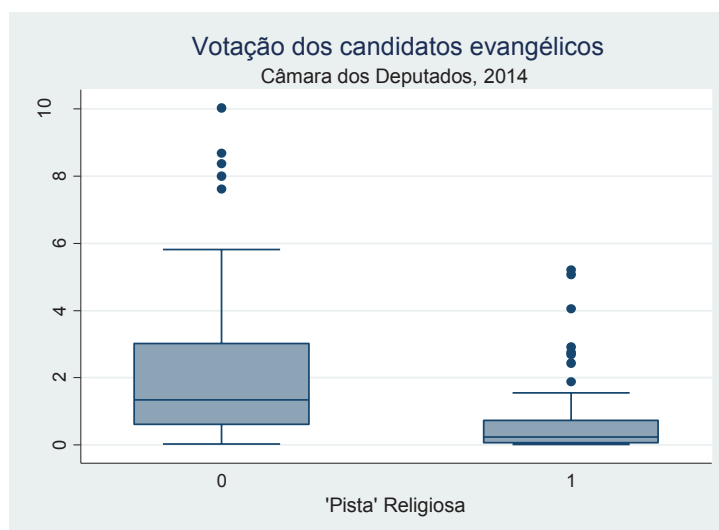
«marcas» fracas, alto número de candidaturas para o legislativo (decorrência da alta magnitude dos distritos) e campanhas caras. Boas (2014) usou um experimento de *survey* para aferir o efeito de títulos religiosos no nome de urna sobre a preferência dos eleitores. Os respondentes foram confrontados com um candidato fictício, e, para o grupo de tratamento, o candidato era apresentado com o título de «Pastor». O uso do título reduziu as intenções de voto do candidato para os respondentes não-evangélicos, mas *aumentou* as intenções de voto para os respondentes evangélicos (ambos os resultados com significância estatística)⁶.

Seja por contar com o apoio dos membros da própria igreja, seja por contar com o apoio de eleitores para os quais sinalizam sua identidade religiosa, candidatos pentecostais poderiam, em tese, disputar eleições proporcionais no Brasil contando com um número considerável de votos e tendo, ao mesmo tempo, campanhas comparativamente pouco custosas. A relação entre voto e gasto de campanha foi investigada por Figueiredo Netto e Speck (2015). Os autores partiram da hipótese geral de que evangélicos receberiam mais votos tendo menos recursos financeiros e usaram dados das eleições de 2014 para a Câmara dos Deputados e Assembleias estaduais. Seu estudo considerou como evangélicos os candidatos que usaram títulos («bispo», pastor», etc.) evangélicos nos nomes de urna. A partir de regressões OLS, eles testaram se, de fato, «pastores» receberiam menos recursos do que os demais candidatos, e se, apesar disso, ser pastor teria algum efeito sobre os votos do candidato. Seus resultados indicam que pastores receberiam menos recursos, mas ser pastor não teria efeito positivo sobre os votos. No entanto, ao interagir a variável *dummy* «pastor» com o gasto de campanha, haveria um efeito positivo e com significância estatística.

Embora parta de um bom *insight*, o trabalho de Figueiredo Netto e Speck não usa os dados adequados para testar suas hipóteses. Os autores usam títulos religiosos como «*proxy*» de candidatos evangélicos. Porém, muitos candidatos evangélicos não usam títulos em seus nomes de urna, e é certo que o uso do título religioso por parte dos candidatos não é aleatório, mas, ao contrário, está correlacionado com outras variáveis. A figura 12, abaixo, apresenta a dispersão do % de votos válidos dos candidatos evangélicos para a eleição da Câmara dos Deputados de 2014.

⁶ O aumento foi de .31 numa escala de 7 pontos ($p < 0.1$). A pergunta feita foi: «quão inclinado(a) você estaria a votar nesse candidato?».

FIGURA 12. Votação dos candidatos evangélicos



Fonte: Banco de dados de candidaturas evangélicas.

Os candidatos estão divididos entre aqueles que usam títulos religiosos em seus nomes de urna (valor 1) e os que não usam (valor 0). Nota-se que o % de votos dos candidatos evangélicos sem título religioso é superior ao daqueles com título. O quartil superior (a parte superior da “caixa”) dos evangélicos sem título é muito superior ao valor máximo dos evangélicos com título. Considerei mais razoável incluir apenas os candidatos que tiveram 0.02% ou mais de votos na eleição (o que dá um total de 150 evangélicos); porém, se considerasse o total de candidatos evangélicos, a diferença entre os dois grupos seria ainda maior. Não é racional supor que os candidatos optem por usar títulos religiosos que vão lhes causar perda de votos. A hipótese mais plausível, ao contrário, é que o título religioso é um recurso usado por candidatos evangélicos menos competitivos, sendo desnecessário (ou até mesmo contra-producente) para os mais competitivos. Desse modo, qualquer modelo que use títulos religiosos como «*proxy*» de candidatos evangélicos estará enviesado⁷.

Antes de avançar para a construção de meu modelo teórico, é necessário uma revisão breve da literatura sobre o desempenho dos candidatos às eleições para o legislativo no Brasil. Essa revisão pode contribuir para a identificação de elementos importantes a qualquer modelo – esteja ou não preocupado com evangélicos – que tente explicar os determinantes do voto nas eleições brasileiras.

⁷ O exemplo da IURD corrobora meu argumento. Em 2014, dos 19 candidatos a deputado federal lançados pela igreja, apenas dois usaram títulos religiosos.

2.2 Explicando o desempenho nas eleições para o legislativo

O gasto de campanha nas eleições para o Congresso dos EUA começou a crescer a partir da década de 1960, fato que chamou a atenção de congressistas e pesquisadores. Por conta disso, no início da década de 1970, foi aprovado o *Federal Election Campaign Act*, que obrigou os candidatos a tornarem públicos seus gastos de campanha. A partir daí, estudiosos puderam se debruçar sobre a relação entre dinheiro e voto nas eleições americanas. A questão central nessas pesquisas era entender como o gasto afetaria os resultados eleitorais.

O debate sobre gasto de campanha e voto nas eleições para o legislativo se tornou um dos mais importantes campos da ciência política. A literatura é volumosa e não pretendo oferecer uma revisão abrangente⁸. Vou me limitar a algumas considerações, na medida em que elas possam contribuir para a construção de meu próprio modelo. Ao se estudar os fatores determinantes no desempenho eleitoral de candidatos para o legislativo, uma referência incontornável é o gasto de campanha. A questão, no entanto, está longe de ser simples. *Scholars* vêm tendo dificuldade em estabelecer uma relação causal sólida entre gasto e voto. Jacobson (1978, 1985, 1990) investigou a relação entre gasto e voto nas eleições para o Congresso dos EUA e foi um dos primeiros a defender que o gasto de campanha tem efeitos muito diferentes para *incumbents* e *challengers*. No cenário eleitoral americano, quanto mais o desafiante gastar, maior será seu percentual de votos. Em contrapartida, quanto mais o incumbente gastar, menor será sua parcela de votos. Isso não significa, é claro, que incumbentes percam votos ao gastar dinheiro, mas apenas que precisam gastar mais dinheiro quanto mais forte for seu desafiante⁹.

O problema, porém, é que a relação entre dinheiro e voto é recíproca. O dinheiro arrecadado pelos candidatos depende da expectativa de quão bem se sairão na eleição. O dinheiro arrecadado afeta o voto, mas a expectativa do voto afeta o dinheiro arrecadado. Por conta disso, modelos OLS produziriam estimadores inconsistentes e enviesados (Jacobson 1990). Os estudiosos vêm enfrentando esse problema de diferentes formas. Uma delas é o uso de *two stage least square regressions* (TSLS); outra é o uso de melhores variáveis de controle. Green e Krasno (1988), por exemplo, em sua crítica a Jacobson, propõem que os modelos incorporem uma medida da qualidade política dos desafiantes.

Uma conclusão parcial a ser feita sobre as eleições americanas é que, primeiro, o gasto do desafiante importa mais que o do incumbente; segundo, não há consenso sobre o quão

⁸ Para uma boa revisão parcial, ver Stratman (2005).

⁹ A explicação para o efeito distinto para desafiantes e incumbentes seria que esses últimos usam seu mandato para encher os distritos com propaganda e informações sobre si próprios e suas virtudes – tudo isso antes de a campanha formal começar. Por conseguinte, o gasto do incumbente após o início da campanha lhe traz comparativamente menos votos. Os desafiantes, em contraste, começam a campanha na obscuridade e precisam gastar muito dinheiro para se fazer conhecer (Jacobson 1990).

importante é o gasto do incumbente; e terceiro, apesar disso, a média de gasto dos incumbentes é mais de três vezes maior do que a dos desafiantes (Stratman 2005).

As conclusões sobre o caso americano são importantes, mas é preciso lembrar que há diferenças consideráveis entre ele e o caso brasileiro. No sistema distrital dos EUA, a disputa num distrito se dá, na prática, entre um incumbente e um desafiante. No Brasil, em contrapartida, o sistema de representação proporcional de lista aberta faz com que, dentro de cada distrito, haja diversos incumbentes e diversos desafiantes. Nas eleições legislativas de 2014 para o estado de São Paulo, por exemplo, a disputa para deputado federal se deu entre mais de mil desafiantes e 58 incumbentes (o estado possui 70 representantes).

Embora a literatura sobre o caso brasileiro se beneficie dos achados sobre o caso americano, há um número considerável de estudos, sobretudo a partir dos anos 1990, que se voltaram para a compreensão da especificidade das eleições legislativas no Brasil. Mais uma vez, não oferecerei uma revisão abrangente da literatura, apenas farei referência aos trabalhos mais relevantes para a construção de meu próprio modelo¹⁰.

Samuels (2001a, 2001b) foi um dos primeiros a investigar a relação entre gasto e voto para as eleições brasileiras usando dados de receitas e despesas disponibilizados pelo TSE. Os modelos de regressão OLS do autor têm como base os dados das eleições de 1994 e 1998 para a Câmara dos Deputados. Além de usar gasto como principal variável explicativa, Samuels usa como controles a magnitude do distrito, a incumbência e a qualidade dos candidatos – medida por meio de um índice do Instituto de Estudos Socio-econômicos (INESC) –, entre outros. O gasto de campanha aparece com efeito significativo, mas o mesmo não ocorre com a interação entre incumbência e gasto, sugerindo que, no Brasil, o gasto de campanha teria efeito semelhante entre incumbentes e desafiantes. Um último ponto a ser observado é que, para Samuels, não se deveria comparar os incumbentes com todos os desafiantes, mas tão-somente com aqueles mais fortes ou de maior qualidade.

Pereira e Rennó (2001, 2007) investigam os determinantes da reeleição para a Câmara dos Deputados. Os autores testam modelos *probit* com diversas variáveis independentes, tais como concentração de votos, grau de competição local, gasto de campanha, ideologia, pertença à coalizão dos governos estadual e federal, além de uma série de variáveis relativas à performance dos candidatos em seus mandatos. Cabe notar que Pereira e Rennó não trabalham com o total de candidatos, mas tão-somente com os candidatos que concorreram à reeleição. O número reduzido de candidatos lhes permite testar um número maior de variáveis. O primeiro estudo aborda a eleição de 1998, e o segundo, a de 2002. Os autores ressaltam que pertencer ao governo apresentou significância estatística em 1998, mas não em 2002. A explicação para isso seria a

¹⁰ Para uma boa revisão da literatura sobre financiamento de campanha no Brasil, ver Mancuso (2015).

ausência, em 2002, de um presidente concorrendo à reeleição. Leoni, Pereira e Rennó (2003) fazem um esforço semelhante ao dos dois estudos mencionados, porém buscando explicar os determinantes das escolhas de carreira dos deputados federais. As escolhas são divididas em quatro tipos básicos: aposentadoria; reeleição; cargos mais altos (ex.: governador); e cargos mais baixos (ex.: deputado estadual). Se a variável explicada é a escolha do legislador, as variáveis explicativas são idade, posições institucionais, participação em comissões, ideologia, pertença à coalizão do presidente, votos na eleição anterior e tamanho do distrito, entre outras.

Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) investigam o custo das campanhas eleitorais para a Câmara e o Senado em 2002 e 2006. Eles se detêm sobre todos os candidatos que prestaram contas de seus gastos e assumem que, no caso brasileiro, não haveria «*incumbency advantage*». Baseando-se em estatística descritiva, os autores argumentam que os eleitos têm campanhas mais caras do que os não eleitos. A média de gastos dos eleitos é maior, tanto em 2002 quanto em 2006. Eles mostram também que o gasto de campanha dos incumbentes é maior do que o dos desafiantes. Cabe ressaltar, também, que partido político e pertença ao governo seriam duas variáveis relevantes para a arrecadação dos candidatos.

Speck e Mancuso (2014) também buscam explicar a relação entre gasto de campanha e sucesso eleitoral. Porém, seu foco recai sobre a interação entre gasto de campanha e incumbência, de um lado, e gasto e gênero, de outro. Os autores concluem que há uma associação positiva e com significância estatística entre gasto e sucesso eleitoral. Concluem, também, que há um «efeito Jacobson» para o caso brasileiro, e que ele se verifica não apenas para os desafiantes, mas também para candidatos com desvantagens eleitorais específicas (mulheres, por exemplo). Nesse sentido, «*electoral finance would function as a tool capable of offsetting the negative effect of other factors in terms of electoral performance*» (p. 51). A partir dos achados da literatura sobre evangélicos e eleições, bem como sobre os determinantes do desempenho eleitoral para as eleições proporcionais no Brasil, apresento, na seção seguinte, um modelo teórico e as hipóteses que serão testadas.

3. Teoria e hipóteses: pentecostais, igrejas e gasto de campanha

Um experimento ideal que medisse o efeito causal de ser candidato oficial pentecostal sobre o desempenho eleitoral precisaria atribuir aleatoriamente, num determinado distrito, o apoio oficial de igrejas pentecostais idênticas (o tratamento) a determinado grupo de deputados e comparar seu desempenho com o de outro grupo de deputados que não tivesse recebido tal apoio (grupo de controle). Por diversas razões, esse desenho de pesquisa é impraticável. Homens e mulheres não se convertem ao protestantismo pentecostal de forma aleatória, nem ascendem na hierarquia da igreja de forma aleatória. Por conseguinte, o apoio oficial da igreja não é dado de modo aleatório. Ademais, há extrema diversidade entre as igrejas pentecostais brasileiras. Elas se

diferenciam em relação à extensão territorial, ao número de templos, pastores e fiéis, à sua doutrina e visão teológica, entre outros fatores. Portanto, nem o apoio é aleatório entre os candidatos, nem é dado por igrejas idênticas.

Em vez disso, ofereço um estudo observacional baseado em dados dos candidatos à Câmara dos Deputados e às Assembleias estaduais, por meio do qual pretendo estimar o efeito de ser candidato pentecostal sobre o desempenho eleitoral. Até hoje, a dificuldade na obtenção de dados sobre os candidatos evangélicos, bem como sobre sua relação com as igrejas, impediu que pesquisadores abordassem com sucesso o efeito eleitoral de ser evangélico com análises multivariadas. Partindo de novos dados (detalhados na seção seguinte), pretendo contribuir para preencher essa lacuna.

Admitindo que haja uma associação positiva entre ser candidato pentecostal e desempenho eleitoral, ela poderia ser explicada de diferentes maneiras. Uma primeira explicação básica é a da identidade evangélica. Identidades sociais baseadas em raça, gênero e religião, entre outras, podem gerar coesão política e serem relevantes na disputa eleitoral (cf. Huddy 2013; Green et al. 2002). Há evidências de que, para além de candidatos e partidos, grupos sociais são uma das principais formas pelas quais indivíduos organizam sua cognição política geral (cf. Miller et al. 1991). No caso das eleições para o legislativo no Brasil, o uso de títulos religiosos no «nome de urna» seria um exemplo de como certos candidatos buscam sinalizar sua identidade evangélica para os eleitores.

Uma segunda explicação se baseia no apoio que uma igreja oferece a seu candidato «oficial», conferindo-lhe um contingente de votos mais ou menos garantido (ou acesso facilitado a esse contingente). Os representantes da igreja – pastores e bispos – divulgam o candidato para os fiéis de variados modos: levando-os ao altar, colocando *banners* com fotos do candidato dentro ou nas proximidades da igreja, apresentado-o aos fiéis em encontros pessoais, divulgando material de campanha do candidato, entre outros (cf. Oro 2003b; Santos 2013; Valle 2013). Sendo a igreja uma instituição que preenche diversas esferas da vida do fiel, é compreensível que a confiança por ele depositada na instituição se transmita com facilidade para os candidatos apoiados por ela. Ademais, a estrutura sectária das igrejas pentecostais faz com que busquem manter os fiéis dentro das igrejas e se oponham à participação deles em esferas que fogem ao controle delas (cf. Freston 1993). Isso contribui para uma alta frequência ao culto *vis-à-vis* outras religiões (cf. Bohn 2004).

O apoio da igreja ensejou o surgimento de um novo tipo de candidato pentecostal, cujo aparecimento histórico se deu na década de 1980, durante a redemocratização (cf. Freston 1993). Embora, em teoria, seja possível falar nas duas explicações acima (identidade religiosa e apoio da igreja) como duas explicações distintas, a distinção é mais difícil na prática, já que candidatos

«oficiais» de igrejas podem receber votos de eleitores evangélicos não pertencentes a sua igreja, e candidatos não-oficiais podem disputar votos de igrejas que já apoiam outro candidato.

De todo modo, as duas explicações básicas para a associação positiva entre ser candidato pentecostal e desempenho eleitoral permitem diferentes conjecturas sobre o gasto de campanha desses candidatos. Pode-se aventar que, quer seja pelas «pistas religiosas», quer seja pelo apoio oficial da igreja, candidatos pentecostais necessitem gastar proporcionalmente menos dinheiro em suas campanhas. Todavia, seria plausível aventar também uma explicação concorrente, a de que candidatos pentecostais receberiam mais recursos de partidos e/ou doadores com a expectativa de que esses candidatos converteriam mais facilmente (em comparação a outros) os recursos em votos. Note-se, pois, que as duas explicações aventadas supõem que candidatos pentecostais possuem um «custo de voto» comparativamente menor do que os dos outros candidatos – ou, no mínimo, um «custo de voto» que os torna candidatos competitivos para as eleições proporcionais brasileiras (ver tabela 5, abaixo).

Tabela 5. Relação gasto/voto (em R\$) nas eleições de 2014.

	Câmara	Assembleias
Total de Candidatos	13,15	14,21
Evangélicos	10,00	8,59
Assembleia de Deus	8,64	8,29
Igreja do Evangelho Quadrangular	8,36	9,00
Igreja Universal do Reino de Deus	4,57	3,79

Assim, uma primeira conjectura a ser testada é se candidatos pentecostais arrecadam (e, por extensão, gastam) mais ou menos do que os outros candidatos. Uma segunda conjectura diz respeito à diferença entre candidatos evangélicos e pentecostais. O apoio oficial de igrejas pentecostais é um recurso institucional que pode tornar os candidatos dessas igrejas mais competitivos, na medida em que diminui seu «custo de voto». Esse recurso deveria diferenciar candidatos oficiais pentecostais de candidatos evangélicos. Assim, é plausível supor que ser um candidato oficial pentecostal tem um efeito positivo sobre o número de votos, e que esse efeito é maior do que um eventual efeito de ser evangélico sobre os votos.

Conforme discutido na seção anterior, o apoio oficial de igreja pentecostal é um recurso relacionado ao perfil da igreja. Assim, uma terceira conjectura seria que igrejas com maior estrutura, centralização decisória e ênfase no apoio ao candidato produzam um efeito maior no

desempenho eleitoral dos candidatos do que as outras (cf. Rodrigues e Fuks 2015). A partir desse raciocínio, apresento abaixo, de forma simplificada, as hipóteses a serem testadas.

Hipótese 1. Ser candidato pentecostal tem um efeito negativo sobre o gasto de campanha.

Hipótese 2a. Ser candidato pentecostal tem um efeito positivo sobre o número de votos.

Hipótese 2b. Ser candidato pentecostal tem um efeito maior sobre o número de votos do que o de ser candidato evangélico.

Hipótese 3. Ser candidato pentecostal de uma igreja com maior estrutura, centralização decisória e ênfase no apoio tem um efeito maior sobre o número de votos do que ser candidato de outras igrejas.

4. Dados

Neste estudo, uso dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias estaduais brasileiras de 2014. A unidade de análise são os candidatos. O número total de candidatos para a Câmara foi de 4.942, e, para as Assembleias, 12.589. Uma primeira questão a ser levada em consideração diz respeito a quais candidatos devem ser incluídos na análise.

Usar todos os candidatos a deputado federal e estadual das eleições de 2014 implicaria em considerar na análise até mesmo aqueles candidatos pouco competitivos, que receberam poucos ou nenhum voto e poucos ou nenhum recurso para suas campanhas. Como observado por Samuels (2001a), a maior parte dos competidores nas eleições para os legislativos americano e brasileiro é em grande medida irrelevante. Porém, se fossem incluídos na análise, criariam um viés no sentido de aumentar a vantagem dos incumbentes, dado que os incumbentes estariam sendo comparados com todos os demais candidatos. Por isso, argumenta Samuels, apenas candidatos competitivos deveriam ser considerados¹¹.

Mas o problema não decorre apenas do viés em favor dos incumbentes. O problema é mais geral e diz respeito a até que ponto certas observações devem influenciar a estimação dos parâmetros da regressão. Suponhamos dois candidatos, A e B. Ambos concorrem a uma vaga de deputado federal por São Paulo. O candidato A declarou gasto de campanha de 5 reais e obteve 10 votos. O candidato B, por sua vez, declarou gasto de 170 mil reais e obteve 12 mil votos. Em termos de sucesso eleitoral, é evidente que a relação entre gasto e voto do primeiro candidato (A) está distante da verdadeira relação entre gasto e voto no distrito em questão. Porém, se for incluído na análise, influenciará a estimação dos parâmetros.

¹¹ Por outro lado, outros autores que investigaram a relação entre gasto e voto no Brasil não seguiram essa recomendação e trabalharam com todos os candidatos, excluindo apenas aqueles que não declararam gasto nenhum ao TSE (e.g., Speck e Mancuso 2014; Lemos *et al.* 2010).

Para contornar esse problema, optei por trabalhar com uma amostra contendo apenas aqueles candidatos que, em seu distrito, receberam 0.02% ou mais do total de votos válidos. Cabe lembrar que as eleições para o legislativo no Brasil são regidas pelo sistema de representação proporcional de lista aberta. Nesse sistema, os candidatos se elegem com percentuais muito inferiores ao que seria necessário numa disputa majoritária. Vale dizer, como exemplo, que os candidatos eleitos em 2014 com os menores percentuais de votos receberam 0.1% dos votos válidos para a Câmara e 0.12% para as Assembleias. O limite de 0.02% é, pois, bem inferior ao percentual mínimo de votos dos eleitos. Ele exclui um número considerável de candidatos não competitivos, mas não exclui nenhum candidato eleito e ainda permite a presença de um contingente expressivo de candidatos não eleitos. Vale dizer, por fim, que embora haja certa arbitrariedade ao estabelecer um limite de 0.02%, seu único objetivo é retirar da amostra candidatos pouco competitivos e cuja inclusão poderia provocar algum viés nos resultados. Não haveria diferença, pois, se esse limite fosse um pouco superior ou inferior ao estipulado¹².

Entre os candidatos para a Câmara, identifiquei 186 evangélicos. Desse número, 122 tiveram suas igrejas identificadas e 90 foram definidos como pentecostais. Entre os candidatos para as Assembleias, identifiquei 338 evangélicos, dos quais 156 tiveram as igrejas identificadas e 113 foram definidos como pentecostais. Para a amostra de candidatos competitivos, o número de evangélicos é menor, como mostram as tabelas 6 e 7, abaixo. No entanto, note-se que o número de pentecostais nas duas amostras é quase o mesmo, o que apenas indica que quase todos os candidatos pentecostais receberam um percentual igual ou maior que 0.02% de votos válidos em seus respectivos distritos.

Tabela 6. Número total de candidatos, evangélicos e pentecostais.

Cargo	Total	Evangélicos	Igreja Identif.	Pentecostais
Deputado Federal	4942	186	122	90
Deputado Estadual	12589	338	156	113

Tabela 7. Amostra contendo apenas candidatos com $\geq 0.02\%$ de votos.

Cargo	Total	Evangélicos	Igreja Identif.	Pentecostais
Deputado Federal	3111	150	120	88
Deputado Estadual	7300	235	153	112

¹² Para confirmar isso, rodei modelos com todos os candidatos e modelos com um limite de 0.05%. Encontrei pequenas diferenças na magnitude dos coeficientes, mas os sinais e a significância permaneceram iguais.

O processo de identificação, seja dos candidatos, seja de suas igrejas, baseou-se em quatro estratégias distintas. Em primeiro lugar, no levantamento na literatura sobre evangélicos e eleições no Brasil, que oferece valiosas informações sobre políticos evangélicos. Em segundo lugar, nas informações contidas nos dados do TSE sobre a ocupação dos candidatos e sobre seus nomes de urna. Muitos candidatos evangélicos com cargos eclesiais declaram sua ocupação como «sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa». Além disso, muitos também usam títulos religiosos («bispo», «pastor», etc.) em seus nomes de urna. Em terceiro lugar, no contato direto com igrejas evangélicas. Poucas, porém, contribuíram para a pesquisa; a maioria ignorou meus pedidos de informações sobre quais candidatos apoiaram nas eleições. Em quarto e último lugar, na busca em jornais e sites de internet que especificassem a identidade religiosa e/ou a igreja à qual o candidato era ligado¹³. As variáveis usadas nos modelos deste estudo e suas descrições são detalhadas em seguida.

Variáveis dependentes

Gasto de campanha. Esta variável é dependente para o teste da primeira hipótese de pesquisa e independente para as demais hipóteses. Tal como visto na revisão da literatura, o gasto de campanha é um aspecto fundamental no desempenho eleitoral dos candidatos. No caso da análise dos candidatos pentecostais, é necessário investigar até que ponto eles arrecadam mais ou menos do que os demais candidatos. Assim como Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) e Pereira e Rennó (2001), optei por definir esta variável como o logaritmo natural do gasto de campanha *per capita*. É, pois, a divisão do gasto absoluto de cada candidato pelo número de eleitores do distrito (em logaritmo). No entanto, decidi usar também o percentual de gasto, tal como o fizeram Samuels (2001a, 2002b) e Speck e Mancuso (2014). Trata-se do percentual, para cada candidato, do total dos gastos de campanha em determinado distrito. Desse modo, tem-se uma medida alternativa que, assim como no caso do gasto *per capita*, permite a comparação entre candidatos de diferentes distritos. As duas medidas possuem vantagens e desvantagens. O log do gasto *per capita* apresenta uma distribuição mais próxima da normal, ao passo que o percentual do gasto possui distribuição bastante assimétrica. Além disso, o percentual do gasto

¹³ É necessário explicitar que, a despeito do trabalho exaustivo de mais de um ano para a identificação de candidatos evangélicos, pentecostais e suas respectivas igrejas, é consideravelmente difícil identificar se um candidato pentecostal foi ou não «oficialmente» apoiado por sua igreja, assim como discernir o que diferencia um candidato com apoio oficial e um que, embora sem apoio oficial, busca disputar os votos da sua congregação. Tal dificuldade inexistente no caso da IURD, pois ela não permite que candidatos não-oficiais disputem os votos de seus fiéis, mas ela é considerável no caso da AD. Minha saída foi identificar os candidatos «ligados» às igrejas, ainda que, em muitos casos, não saiba precisamente se a ligação implicou em apoio oficial ou não. Estritamente falando, estou assumindo que candidatos ligados a igrejas pentecostais podem ser uma *proxy* de «candidatos oficiais» pentecostais. Para mais detalhes, ver Lacerda (2017).

possui muitos *outliers*, o que não ocorre com o log do gasto *per capita*. No entanto, alguns modelos com o percentual de gasto apresentam um R^2 maior, e os coeficientes das variáveis independentes de interesse são ligeiramente mais altos em modelos com o percentual do gasto.

Votos. Esta é a variável dependente que será usada no teste da maior parte das hipóteses, e que mede o desempenho eleitoral dos candidatos. De modo semelhante ao gasto de campanha, optei por defini-la como o percentual de votos válidos que cada candidato recebeu em seu distrito. Uma outra possibilidade seria trabalhar com uma variável dependente binária que distinguiria os candidatos eleitos dos não eleitos. Embora haja bons argumentos para usar uma variável binária (ver, por exemplo, Speck e Mancuso 2014), meu objetivo neste estudo pode ser melhor atingido ao trabalhar com uma variável contínua.

O uso da variável binária acaba por desconsiderar que candidatos podem ter bons desempenhos mesmo se não forem eleitos. Nas eleições para os legislativos brasileiros, os melhores candidatos não-eleitos se tornam «suplentes», isto é, encabeçam uma lista daqueles que assumirão uma vaga se e quando os candidatos eleitos renunciarem a seus mandatos para assumir outros cargos. Seria difícil não considerar uma boa suplência como um bom desempenho eleitoral. Essa situação é adequadamente captada ao se trabalhar com uma variável contínua, mas não seria captada se se usasse uma variável binária¹⁴. Uma segunda justificativa para o uso do percentual de votos válidos em oposição às categorias ‘eleito’ e ‘não-eleito’ é que, nas eleições para o legislativo no Brasil, os candidatos não dependem apenas de si próprios. A possibilidade de coligações eleitorais em distritos de alta magnitude e com representação proporcional de lista aberta faz com que alguns candidatos recebam comparativamente menos votos, mas ainda assim sejam eleitos graças aos votos da coligação. Isso seria um problema se a variável fosse binária, mas não será um problema se a variável for contínua.

Variáveis independentes

Neste estudo, uso três variáveis independentes principais. São três variáveis binárias. A primeira e mais abrangente identifica se o candidato é ou não evangélico. A segunda e a mais importante, se o candidato possui ligação com uma igreja pentecostal. É, tecnicamente, uma *proxy* para identificar se o candidato é ou não apoiado por uma igreja pentecostal. A *proxy* é necessária porque nem sempre é possível distinguir os candidatos apoiados de fato por igrejas daqueles que, embora ligados a elas de alguma forma, não receberam apoio de fato ou oficial. Salvo raras exceções, as igrejas pentecostais não tornam públicas informações sobre o apoio a candidatos. A solução, então, é trabalhar com os candidatos ligados às igrejas, ainda que tal

¹⁴ Tome-se, como exemplo, o caso da IURD no estado do Mato Grosso em 2006 (cf. Cuyabano 2009). A igreja lançou dois candidatos a deputado estadual e um a deputado federal. Nenhum deles foi eleito. Porém, todos obtiveram boas votações e, provavelmente, boas suplências (de fato, um deles foi o terceiro suplente).

ligação nem sempre se traduza em apoio oficial. A tabela 8, abaixo, apresenta as igrejas pentecostais incluídas na variável e o número de candidatos ligados a elas.

Por fim, a terceira variável independente identifica se o candidato é ou não ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Ela será usada para testar a hipótese 3, isto é, se ser candidato pentecostal de uma igreja com maior estrutura, centralização decisória e ênfase no apoio tem um efeito maior sobre o número de votos do que ser candidato de outras igrejas. A IURD é a melhor escolha para isso, visto ser ela o maior exemplo identificado pela literatura de igreja pentecostal grande, com estrutura centralizada e de apoio enfático a seus candidatos. Cada uma dessas três variáveis – evangélico, pentecostal e membro da IURD – apresenta valor 1 quando os candidatos pertencem às categorias de interesse e 0 quando não pertencem.

Tabela 8. Candidatos pentecostais por igreja.

Igreja	Câmara	Assembleias
Assembleia de Deus	45	63
Universal do Reino de Deus	19	23
Evangelho Quadrangular	8	9
Mundial do Poder de Deus	4	9
Internacional da Graça de Deus	4	3
Maranata	3	2
Sara Nossa Terra	2	2
Renascer em Cristo	1	1
Brasil Para Cristo	1	0
Nova Vida	1	0
TOTAL	88	112

Variáveis de controle

Embora o argumento desenvolvido aqui esteja focado no impacto de ser candidato pentecostal sobre o gasto de campanha e sobre o desempenho eleitoral, outros fatores podem afetar essa relação. Um primeiro fator importante é o uso de título religioso. Muitos candidatos evangélicos e pentecostais usam títulos religiosos (pastor, bispo, missionário, etc.) em seus nomes de urna para atrair eleitores evangélicos. Como já argumentei, o uso de títulos religiosos não é aleatório, mas é mais usado por candidatos menos competitivos, presumivelmente para ativar sua identidade evangélica. A estratégia de foco eleitoral no grupo evangélico, mesmo perdendo votos entre os não-evangélicos (cf. Boas 2014), é racional num sistema de

representação proporcional com lista aberta e alto número de competidores. Incluí nos modelos uma variável *dummy* para identificar os candidatos que usam títulos religiosos. Na disputa para a Câmara, 25% dos candidatos pentecostais usaram títulos. No caso das Assembleias, esse percentual foi de 38,4%.

Na literatura sobre as eleições para o legislativo, talvez o fator mais destacado para o desempenho eleitoral dos candidatos seja a incumbência. Como foi dito em seção anterior, Jacobson (1978, 1985, 1990) argumentou sobre a diferença que o gasto de campanha pode ter no desempenho de incumbentes e desafiantes. No caso do Brasil, a discussão também existe. Samuels (2001a, 2001b) não encontrou diferença significativa entre os dois grupos, mas Speck e Mancuso (2014) e Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) encontraram.

A importância da incumbência se justifica por duas suposições básicas que são, em alguma medida, relacionadas. A primeira é que candidatos incumbentes podem usar seus recursos ao longo do mandato para se tornarem conhecidos dos eleitores, o que os permitiria começar a campanha eleitoral à frente de seus rivais. A segunda é que incumbentes são candidatos presumivelmente mais fortes e com maior capital político, seja por seu carisma pessoal, seja por sua habilidade política, seja por outros fatores. Porém, no caso do Brasil, pode-se supor que muitos candidatos de maior capital político não pertençam necessariamente ao legislativo. É comum, por exemplo, que ex-prefeitos disputem vagas para deputado estadual e federal. O sistema político brasileiro oferece incentivos para que políticos não busquem construir carreiras necessariamente no legislativo (cf. Leoni *et al.* 2003). Cargos nos executivos municipais e estaduais podem ser mais interessantes do que uma cadeira numa Assembleia estadual ou mesmo na Câmara dos Deputados. Por conta disso, parece razoável levar em conta não apenas se os candidatos são incumbentes, senão também se já foram prefeitos. Assim, acrescentei aos modelos duas variáveis de controle *dummy*, uma para identificar os incumbentes, e outra para identificar aqueles candidatos que foram eleitos prefeitos em 2004 e/ou 2008. Pouco mais de um terço dos candidatos pentecostais concorrendo em 2014 eram incumbentes, mas apenas dois deles eram ex-prefeitos.

Outro fator importante a se considerar é o desempenho nas últimas eleições. É verdade que, do total de candidatos analisados, apenas uma pequena fração corresponde a candidatos buscando a reeleição. A maioria não disputou as eleições anteriores. No entanto, é possível usar como controle o desempenho dos partidos dos candidatos nas últimas eleições. Esse fator pode dar conta de manter constantes as preferências dos eleitores nos respectivos distritos. Assim, incluo como controle uma variável com o percentual de votos no partido para as eleições de 2010. Os percentuais se referem às eleições para a Câmara, no caso de candidatos a deputado federal, e para as Assembleias, no caso de candidatos a deputado estadual. Vale frisar que a

maioria dos estudos sobre a relação entre gasto e voto nas eleições para o Congresso americano usa algum tipo de controle para a preferência da *constituency* (cf. Stratman 2005)¹⁵.

A literatura sobre o caso brasileiro destaca também outro fator relevante, a saber, a pertença do partido do candidato ao governo federal (cf. Pereira e Rennó 2001, 2007; Leoni *et al.* 2003). A suposição é que candidatos se beneficiariam de pertencer à coalizão do governo federal, seja pelos benefícios que a pertença poderia conceder a seus mandatos no caso de candidatos à reeleição, seja por um possível efeito *coattail* que poderia beneficiar os candidatos ligados à base do governo¹⁶. O raciocínio poderia valer também para os governos estaduais, dado o suposto poder que governadores brasileiros teriam sobre lideranças políticas estaduais e municipais (cf. Abrúcio 1998). No entanto, como argumentam Pereira e Rennó (2007), as mudanças institucionais ocorridas ao longo da década de 1990, tais como o fim dos bancos estaduais e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, diminuíram o poder dos governos estaduais, tornando sua influência menos certa. Assim, incluí nos modelos apenas uma variável *dummy* para controlar pela pertença à coligação do governo federal em 2014.

Outro fator levantado pela literatura e que merece atenção é o dos partidos. No debate sobre a relação entre gasto e voto nas eleições para o Congresso americano, os modelos incorporam variáveis especificando os partidos dos candidatos (e.g., Jacobson 1978; Green e Krasno 1988). No entanto, nem todos os estudos sobre o caso brasileiro usam os partidos como controles. A relevância do partido depende, é claro, do que se quer investigar. No caso da relação entre gasto e voto, parece plausível supor que o partido político do candidato seja uma variável relacionada tanto ao gasto, quanto ao voto, e que, por isso, deveria ser incorporada. No entanto, o foco deste estudo não é propriamente a relação entre gasto e voto, e sim entre ser candidato oficial pentecostal e voto.

É razoável supor que o desempenho dos candidatos pentecostais dependa pouco dos partidos. A literatura costuma caracterizar os partidos brasileiros como fracos e com «marcas» diluídas. As exceções seriam o PT e, em menor medida, o PSDB e o PMDB. No entanto, como mostra a tabela 9, abaixo, os candidatos pentecostais tendem a se pulverizar em partidos pequenos, comparativamente pouco estruturados e com ideologia difusa. São, em geral, partidos de centro ou centro-direita, mas cuja «marca» sinaliza pouco aos eleitores. Além disso, os partidos que abrigam candidatos pentecostais provavelmente contribuem menos para as campanhas de seus candidatos do que partidos mais fortes, como PT e PSDB. A caracterização

¹⁵ No caso de candidatos de partidos cujo registro foi obtido após 2010, como o Partido Ecológico Nacional (PEN), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Solidariedade (SD), o valor atribuído foi zero.

¹⁶ Vale lembrar que, a despeito da queda na popularidade da presidente Dilma Rousseff entre março e junho de 2013, ela terminou o ano de 2014 com níveis de aprovação relativamente altos. Ver, por exemplo: “Popularidade de Dilma Rousseff aumenta e 52% aprovam a maneira de governar da presidente” (*Agência de Notícias CNI*, 17/12/14).

do candidato pentecostal feita pela literatura sugere implicitamente que eles sejam pouco dependentes de seus partidos, já que, em tese, poderiam contar com seus «rebanhos eleitorais». Esses argumentos poderiam justificar a exclusão dos partidos dos modelos estatísticos deste estudo. No entanto, com base na Tabela 9, optei por incluir *dummies* apenas para os partidos com maior concentração de candidatos pentecostais, quais sejam: PRB e PSC.

Tabela 9. Candidatos pentecostais por partido.

No. de Candidatos	Câmara	Assembleias
1	PMN, PPS, PROS, PSDC, PTC, PTN, PV	PMN, PP, PPS, PSDC, PSL
2	PDT, PEN, PP, PRP, PRTB, PTdoB, PHS, PSB	SD
3	PSD, PSDB, SD	PDT, PHS, PTC
4 a 6	DEM, PMDB, PR, PTB	PEN, PRP, PSB, PSDB, PTB, PTN, DEM, PR, PROS
7 a 10	-	PMDB
11 a 15	PSC	PSD
16 a 20	-	PSC
21 a 25	PRB	PRB

Por fim, acrescento aos modelos variáveis de controle para gênero, raça e idade. As duas primeiras são *dummies* e a última é contínua. No caso de gênero, a variável assume valor 1 para mulheres e 0 para homens. No caso de raça, assume 1 para negros ou pardos, e 0 para os demais. Vale dizer que, nas eleições de 2014 para a Câmara e Assembleias, um quarto do total de candidatos era mulher. No caso dos candidatos pentecostais, essa proporção diminui para um décimo. Em outras palavras, se, no conjunto total de candidatos, um em cada quatro era mulher, dentro do subconjunto de pentecostais as mulheres representam apenas um em cada dez. No que se refere à raça, a proporção de negros + pardos no total de candidatos é semelhante à encontrada no subconjunto de candidatos pentecostais (pouco menos de 40% em ambos os grupos). A sub-

representação de mulheres e afro-brasileiros no legislativo brasileiro, bem como seu menor potencial de arrecadação de campanha (cf. Sacchet e Speck 2012), sugere a importância da inclusão de controles para gênero e raça nos modelos.

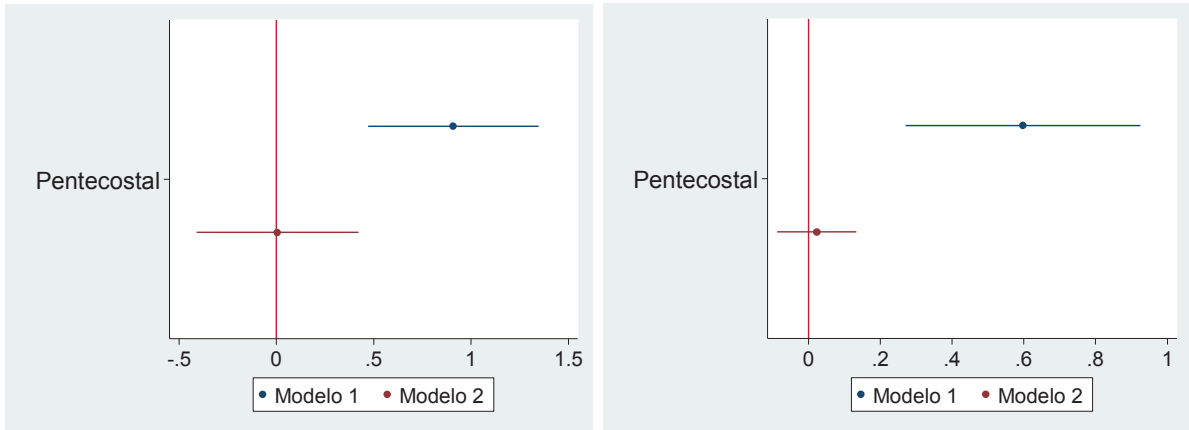
5. Resultados

De modo a testar as hipóteses enunciadas anteriormente, uso regressões OLS para estimar seis modelos, replicados para a Câmara e as Assembleias. Os coeficientes das principais variáveis de interesse são apresentados nos gráficos abaixo (as tabelas com os modelos completos se encontram no Apêndice A). Os modelos 1 e 2 são usados para testar a primeira hipótese, segundo a qual ser candidato pentecostal teria um impacto negativo sobre o gasto de campanha. A variável dependente do modelo 1 é o logaritmo natural do gasto *per capita*, e a do modelo 2, o percentual do gasto. Os modelos 3 e 4 dizem respeito à segunda hipótese, segundo a qual (a) ser candidato pentecostal teria um efeito positivo sobre o número de votos, bem como (b) um efeito maior do que o de ser evangélico. A variável dependente de ambos é o percentual de votos. A única diferença entre eles é a especificação da variável independente de gasto de campanha (o modelo 3 usa o gasto *per capita* e o modelo 4, o percentual do gasto). Por fim, os modelos 5 e 6 são usados para testar a terceira hipótese, segundo a qual ser candidato pentecostal de uma igreja com maior estrutura, centralização decisória e ênfase no apoio produziria um efeito maior sobre o número de votos do que ser candidato de outras igrejas. Mais uma vez, a variável dependente de ambos é o percentual de votos, e a única diferença entre eles é a especificação do gasto de campanha (o modelo 5 usa o gasto *per capita* e o modelo 6, o percentual do gasto). Cada um dos modelos é apresentado em duas versões, uma para a Câmara, outra para as Assembleias.

FIGURA 13. Efeito de ser pentecostal sobre o gasto

Câmara

Assembleias

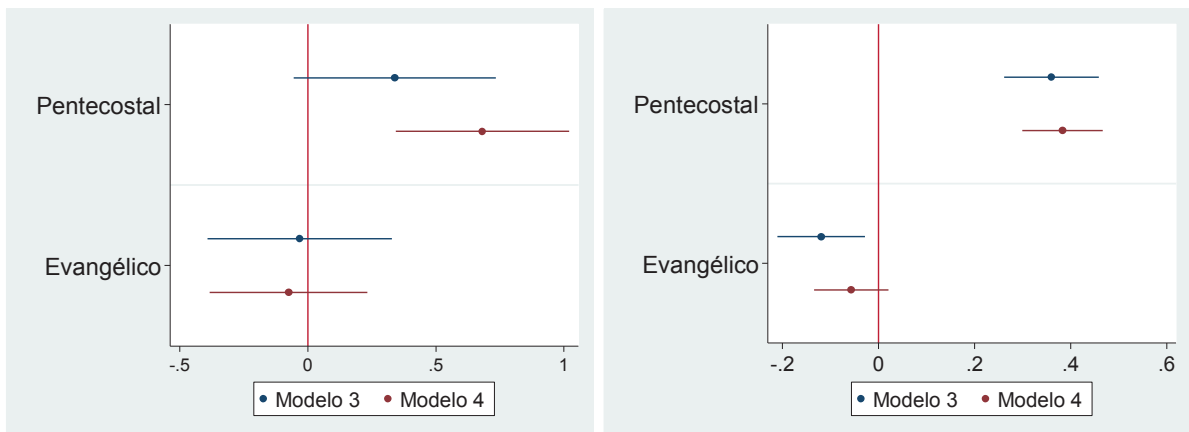


Nota: as linhas representam intervalos de confiança de 95%.

FIGURA 14. Efeito de ser evangélico ou pentecostal sobre o voto

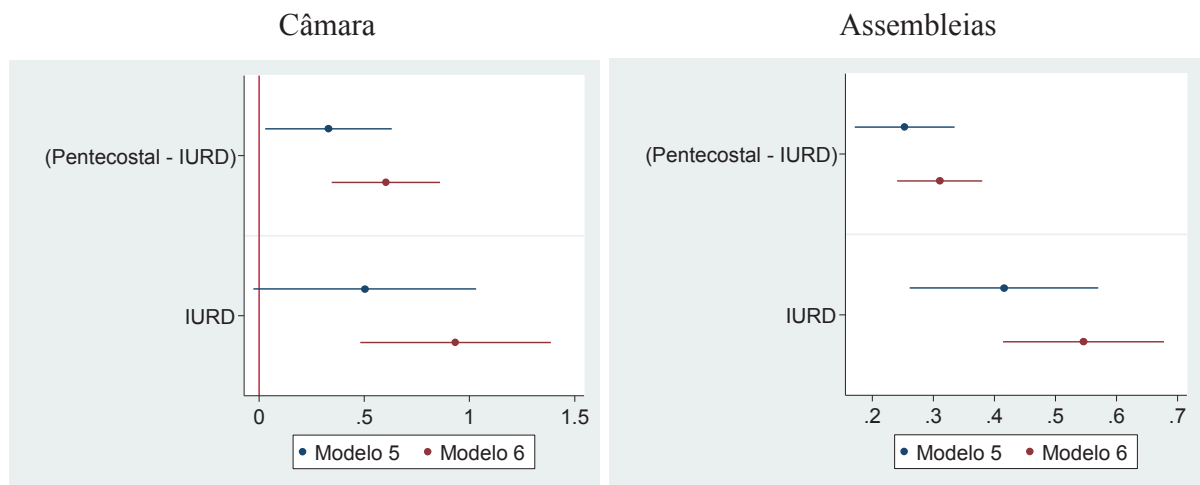
Câmara

Assembleias



Nota: as linhas representam intervalos de confiança de 95%.

FIGURA 15. Efeito de ser apoiado pela IURD sobre o voto



Nota: as linhas representam intervalos de confiança de 95%.

A primeira hipótese não é confirmada pelos modelos 1 e 2. Para ambos, a variável principal é ‘Pentecostal’, que especifica se o candidato é ou não apoiado por uma igreja pentecostal. Os resultados diferem de acordo com a variável dependente adotada, mas nenhum deles sugere um efeito negativo de ser pentecostal sobre o gasto. Pelo contrário: os modelos apontam para uma relação *positiva* entre ser pentecostal e gasto de campanha, mesmo a despeito de todos os controles. Adotando o log do gasto *per capita*, a relação é positiva e estatisticamente significativa (ao nível 0.01) tanto nas eleições para a Câmara quanto para as Assembleias. Porém, ela perde a significância ao se adotar o percentual do gasto, ainda que se mantenha positiva. Assim, embora dependam da especificação dos modelos, os resultados sugerem uma relação positiva entre ser candidato pentecostal e gasto.

A segunda hipótese encontra apoio nos modelos 3 e 4. Nesse caso, as variáveis de maior interesse são ‘Pentecostal’ e ‘Evangélico’. Com relação à hipótese 2.a, há um efeito positivo e com significância estatística (quase sempre ao nível 0.01) de ser pentecostal sobre o % de votos para todos os modelos. O efeito se mantém mesmo se controlado pelos efeitos da incumbência, pelo desempenho do partido do candidato nas eleições anteriores (2010), pela pertença à coalizão do governo federal, por gênero, raça e idade, pelo uso de título religioso e até mesmo controlando pelo efeito dos partidos com maior número de candidatos pentecostais – PRB e PSC. No modelo 3, que usa o logaritmo natural do gasto *per capita*, o efeito de ser pentecostal diminui em comparação ao modelo 4, mas ainda assim é positivo e com significância para a Câmara (ao nível 0.1) e para as Assembleias (ao nível 0.01).

A hipótese 2.b supõe a comparação entre os coeficientes de ‘Pentecostal’ e ‘Evangélico’. A figura 14 revela que, para quase todos os casos, os intervalos de confiança dos coeficientes não se sobrepõem, indicando que a diferença entre eles é estatisticamente significativa¹⁷. A exceção é a comparação entre os dois coeficientes no modelo 3 da Câmara dos Deputados. Um teste Wald revela que a hipótese de que os dois coeficientes do modelo são diferentes não pode ser rejeitada para nenhum nível de significância abaixo de 30% ($\text{Prob} > F = 0.2996$), o que significa que ela provavelmente não pode ser rejeitada¹⁸. Ainda assim, os resultados parecem corroborar a conjectura de que o efeito de ser candidato pentecostal é diferente do de ser evangélico.

A terceira hipótese, testada com os modelos 5 e 6, afirma que o tipo da igreja tem relevância no efeito de ser candidato pentecostal. Uma igreja com maior estrutura, centralização decisória e ênfase no apoio geraria um efeito maior sobre os votos do candidato do que outras igrejas. Para testar essa conjectura, optei por uma comparação entre o efeito de ser pentecostal e o efeito de ser apoiado pela IURD. Para essa comparação, criei uma nova variável, ‘Pentecostal – IURD’, que é, como o nome sugere, a mesma variável ‘Pentecostal’, porém sem os candidatos pertencentes à IURD. A razão é que, sem isso, não é possível obter um coeficiente para a variável ‘IURD’¹⁹.

O coeficiente de ‘IURD’ é consideravelmente maior do que o de ‘Pentecostal – IURD’. No entanto, apenas no modelo 6 das Assembleias os intervalos de confiança dos coeficientes não se sobrepõem. O teste Wald para o modelo 5 das Assembleias revela que a hipótese de diferença entre os coeficientes não pode ser rejeitada a um nível de significância de 5%, mas pode sê-lo a um de 10% ($\text{Prob} > F = 0.0601$). Porém, para os modelos da Câmara, a hipótese de os dois coeficientes serem diferentes não pode ser rejeitada para nenhum nível de significância abaixo de 57% (modelo 5) e 20.56% (modelo 6). Assim, parece razoável afirmar que, no caso da hipótese 3, o efeito de ser um candidato apoiado pela IURD é maior do que o de ser apoiado por outras igrejas, mas a diferença entre os efeitos só apresenta significância estatística nos modelos para as Assembleias.

Por fim, vale mencionar que os resultados dos coeficientes das variáveis de controle para a Câmara e as Assembleias foram semelhantes. Para todos os modelos, o efeito do gasto de campanha (seja como percentual, seja como logaritmo do gasto *per capita*) foi positivo e significativo. O mesmo vale para os efeitos de incumbência e de ser ex-prefeito. O percentual de votos do partido na última eleição tem efeito positivo e significativo, porém quase nulo, para todos os modelos da Câmara, mas é quase igual a zero para os modelos das Assembleias. A

¹⁷ Ver «*Overlapping Confidence Intervals and Statistical Significance*» (*StatNews* #73, 10/2008). Disponível em: <<https://www.cscu.cornell.edu/news/statnews/stnews73.pdf>> (acessado pela última vez em 2/01/17).

¹⁸ Todos os testes Wald foram feitos com o comando de pós-estimação do Stata 12.

¹⁹ Optei também por não incluir controles para PRB e pertença à coalizão federal pelo simples fato de que todos os candidatos da IURD pertenciam ao PRB, e o PRB, por sua vez, pertencia à coalizão federal.

pertença à coalizão federal tem efeito positivo e com significância estatística para Câmara e Assembleias, mas apenas quando a variável dependente é o gasto de campanha. Por último, vale mencionar que o efeito de ser mulher é, em geral, negativo e com significância estatística, ao passo de que o de ser afro-brasileiro é em geral negativo, mas próximo de zero e nem sempre significativo.

6. Evidências qualitativas

Poderia ser objetado que não estou medindo o apoio das igrejas enquanto recurso institucional, e sim certas habilidades (adquiridas ou inatas) dos candidatos pentecostais, tais como carisma pessoal, capital social, etc. Talvez o efeito identificado de ser candidato pentecostal sobre o voto, a despeito de todos os controles utilizados nos modelos de regressão, revele, na verdade, certas capacidades desses candidatos que não estariam sendo devidamente controladas. Talvez sejam as mesmas capacidades que fizeram com que eles ascendessem nas hierarquias de suas igrejas, por exemplo. Não nego que haja fatores relacionados a esses candidatos que não foram controlados nos modelos apresentados anteriormente. No entanto, argumentarei aqui que, em que pesem as supostas habilidades dos candidatos pentecostais, seu desempenho eleitoral se deve em larga medida ao apoio das igrejas, e que o efeito de ser pentecostal sobre o voto diminui ou desaparece quando o apoio da igreja está ausente.

Para isso, ofereço, nesta seção, evidências qualitativas de seis candidatos pentecostais que foram eleitos com o apoio de suas igrejas, mas que romperam com elas ao longo do mandato e, mesmo assim, tentaram a reeleição. Essas evidências podem servir como uma base contrafactual para se pensar em qual seria o desempenho desses candidatos caso estivesse ausente o apoio da igreja.

Magaly Machado. Em 1998, Machado foi eleita deputada estadual pelo PFL-RJ com o apoio da IURD. Ela recebeu 33.678 votos (0.47% dos votos válidos). Em 2002, deixou de ser candidata da Universal e passou a contar com o apoio da Igreja Nova Vida. Mesmo assim, disputou pelo PSB-RJ uma vaga para deputado federal. Ela recebeu 9.418 votos (0.12%) e não foi eleita²⁰.

Heriberto da Silva Farias. Em 1998, «Pastor Heriberto» (PMDB) foi eleito deputado estadual no Ceará com o apoio da IURD. O candidato obteve 43.904 votos, ou 1.61% dos votos válidos. Porém, em 2002, concorreu à reeleição pelo PL e sem o apoio da igreja. O pastor não se reelegeu, obtendo apenas 1.338 votos (0.04%)²¹.

Paulo Cesar de Velasco. De Velasco (PRONA), candidato apoiado pela IURD, foi eleito deputado federal por São Paulo em 1998, tendo recebido 94.880 votos (0.61% dos votos

²⁰ Ver Oro (2003b).

²¹ Idem.

válidos). Não há evidências precisas de data ou circunstância, mas, em algum momento durante seu mandato, o político teria rompido com a IURD²². Em 2002, decidiu concorrer a uma vaga para deputado estadual pelo PSL, e, dessa vez, conseguiu apenas 2.158 votos (0.01%).

Nataniel Nazareno Ferreira. Conhecido como «Nataniel de Jesus» (PMDB), o candidato foi eleito deputado estadual por Mato Grosso em 2002 e recebeu 12.848 votos, ou 1.0% dos votos válidos. Era candidato oficial da IURD²³. O deputado foi expulso da igreja, mas, mesmo assim, tentou a reeleição em 2006. Seu desempenho foi bastante inferior ao do pleito anterior e acabou não se reelegendo: conseguiu apenas 4.286 votos, ou 0.3% dos votos válidos.

Denílson Segóvia. Em 2010, «Pastor Denílson» (PSC) foi eleito deputado estadual pelo Acre com o apoio oficial da IEQ, da qual era pastor e presidente estadual. O candidato obteve 2.939 votos. Porém, segundo noticiado pela mídia, Segóvia foi expulso da igreja em 2013²⁴. Em 2014, buscou a reeleição pelo PEN, mas obteve apenas 1.133 votos (0.28%) e não foi bem-sucedido.

Zacarias Vilharba. Em 2010, o candidato «Vilalba de Jesus» (PRB) disputou uma vaga para deputado federal por Pernambuco. Contava com o apoio da IURD. Embora não tenha sido eleito, obteve a segunda suplência e uma expressiva votação de 39.173 votos. Em 2014, o candidato buscou a reeleição sem o apoio da igreja²⁵. Migrou para o PP e mudou seu nome de urna para «Pastor Vilalba». O desempenho do pastor foi bastante inferior ao do pleito anterior, obtendo 11.199 votos (0.25%), o que não lhe garantiu nem a eleição, nem uma boa suplência.

7. Conclusões

De acordo com parte da literatura sobre crescimento pentecostal e política na América Latina, a entrada de igrejas pentecostais na política seria prejudicial à democracia. Por terem o controle sobre os votos de suas congregações, líderes pentecostais poderiam se eleger (ou eleger outros candidatos) para o legislativo, beneficiando, então, suas igrejas com políticas paroquiais. Tal argumento se assenta na suposição de que líderes pentecostais obteriam considerável grau de apoio de suas igrejas.

Este trabalho contribui para uma melhor compreensão da relação entre igrejas, candidatos e eleições para o legislativo no Brasil. A partir de novos dados, ofereço evidências quantitativas importantes para avaliar o argumento acima e outros da literatura sobre pentecostalismo e política. É o primeiro trabalho a usar dados de identificação de candidatos evangélicos que não apenas os baseados em títulos religiosos e «nomes de urna». Como se viu, o uso de títulos religiosos é um recurso usado sobretudo por candidatos pouco competitivos. A maior parte dos

²² Ver Souza (2009).

²³ Ver Cuyabano (2009).

²⁴ Ver «Denílson Segóvia é destituído da presidência da Igreja Quadrangular» (*AC24Horas*, 21/10/13).

²⁵ Ver «Vilalba vai à reeleição, mas sem apoio da Igreja Universal» (*Inaldo Sampaio – CBN*, 5/05/14).

candidatos pentecostais competitivos prescinde desse recurso, o que indica que a identificação de candidatos pentecostais apenas por meio dos «nomes de urna» levará necessariamente a modelos enviesados.

O exame da literatura deixou clara a importância de se investigar a relação entre o gasto de campanha e o desempenho nas eleições. Argumentei que, de um ponto de vista teórico, era plausível supor que candidatos pentecostais poderiam apresentar um gasto de campanha maior ou menor do que os demais candidatos. Mostrei, então, que pentecostais das igrejas Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular e Universal têm um «custo de voto» comparativamente menor do que o dos outros candidatos, sendo o «custo de voto» da Universal consideravelmente menor que o das outras igrejas. O voto dos candidatos pentecostais custa menos do que os outros, e o dos candidatos da IURD custa menos do que o dos pentecostais.

Por meio de modelos de regressão OLS, procurei testar se haveria uma relação negativa entre ser candidato pentecostal e gasto de campanha. Os modelos não permitem uma afirmação categórica, mas apontam para a direção contrária. Se a variável dependente utilizada for o log do gasto *per capita*, então há uma relação *positiva* e estatisticamente significativa entre ser pentecostal e gasto. *Ceteris paribus*, ser pentecostal faz com que um candidato receba mais dinheiro. No entanto, se a variável dependente escolhida for o percentual do gasto, o efeito deixa de ser significativo.

Em seguida, investiguei se haveria um efeito de ser pentecostal sobre o voto, e se tal efeito seria superior ao de ser candidato evangélico. Os resultados parecem confirmar as duas conjecturas, ainda que, no caso da Câmara dos Deputados, a diferença entre o efeito de ser pentecostal e o de ser evangélico seja estatisticamente significativa apenas no modelo 4, que usa o percentual do gasto como variável independente. Vale frisar que o efeito de ser pentecostal se mantém mesmo controlando por fatores como incumbência, gasto, desempenho do partido na eleição anterior, pertença à coalizão federal, gênero, raça, idade e pertença aos partidos PRB e PSC. É, pois, uma forte evidência a confirmar a conjectura de que o apoio das igrejas pentecostais contribui de modo significativo para o desempenho eleitoral do candidato. Para reforçar meu argumento, ofereci na seção 6 evidências qualitativas para um raciocínio contrafactual: qual seria o desempenho dos candidatos pentecostais, estivesse ausente o apoio da igreja? Entre 1998 e 2014, houve pelo menos seis casos de candidatos pentecostais que, eleitos com o apoio de suas igrejas, romperam com elas ao longo do mandato, e, mesmo assim, decidiram concorrer à reeleição. Todos eles tiveram desempenhos consideravelmente inferiores e não se reelegeram.

É importante frisar também que, mantendo o efeito de ser pentecostal constante, o efeito de ser evangélico sobre o voto é negativo tanto para a Câmara quanto para as Assembleias – embora em geral sem significância estatística. Esse resultado é intuitivo e pode indicar que,

controlando pelo efeito de ser apoiado por uma igreja pentecostal, ser evangélico não traz necessariamente nenhum benefício eleitoral ao candidato.

Por meio dos modelos 5 e 6, procurei testar também se o tipo e estrutura da igreja importam no apoio aos candidatos. Para isso, investiguei se o efeito de ser apoiado pela IURD seria maior do que o efeito de ser pentecostal. O efeito é, de fato, maior, ainda que a diferença entre eles seja estatisticamente significativa apenas nos testes para as Assembleias. O baixo número de candidatos da IURD faz com que o erro padrão do coeficiente seja alto. Mesmo assim, o conjunto de evidências reunidos aqui vai ao encontro da conjectura de que igrejas com maior estrutura e centralização contribuem mais para o desempenho eleitoral de seus candidatos do que as demais, além de terem um «custo de voto» menor.

Cabe observar que os resultados apresentados aqui se baseiam apenas na eleição de 2014. Isso implica que, por mais fortes que sejam, têm um poder de generalização limitado. Novas pesquisas devem refazer esses testes com novas eleições e, se possível, também para os legislativos municipais.

Por fim, faço menção a uma última possível objeção, relacionada à anterior. É a de que as eleições brasileiras de 2014 teriam sido marcadas por um «crescimento conservador»²⁶, e que, por isso, o efeito do apoio das igrejas pentecostais teria sido mais forte nessas eleições do que em outras. Em primeiro lugar, cabe notar que juízos de maior «conservadorismo» no Congresso eleito em 2014 são comuns na mídia, mas, pelo menos até o momento, carecem de maior base acadêmica. Os poucos trabalhos realizados até hoje sobre o tema trazem evidências que não necessariamente apoiam a ideia de um crescimento conservador (e.g., Santos e Canello 2015).

Em segundo lugar, tais juízos são baseados em análises dos candidatos eleitos e ignoram os não-eleitos. Ocorre que, como argumentado por Lacerda (2017), o número relativo de candidaturas evangélicas vem se mantendo estável desde 2002. Ao mesmo tempo, a população evangélica vem crescendo, o que torna até certo ponto esperado o crescimento no número de evangélicos eleitos. Apesar disso, grandes igrejas pentecostais, como a Igreja Universal e a Igreja do Evangelho Quadrangular, não cresceram em 2014 (*idem*). Isso sem falar que, a despeito do crescimento da população evangélica, em 2014 foram eleitos para a Câmara apenas dois candidatos evangélicos a mais do que em 2010 (67 em 2014 contra 65 em 2010). Essas evidências vão de encontro à ideia de que as eleições de 2014 teriam sido singulares ou significativamente mais «conservadoras» do que as anteriores. É certo que as conclusões deste trabalho terão a ganhar com estudos que se debrucem sobre outras eleições, mas tal observação não invalida os resultados encontrados aqui.

²⁶ Ver, por exemplo, «Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma DIAP» (*Estadão*, 6/10/14).

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, Fernando L. (1998). *Os Barões da Federação: os Governadores e a Redemocratização Brasileira*. Editora Hucitec.
- BARBOSA, Caio M. (2015). «Os Fiéis da Universal na Eleição de 2014: um Estudo de Caso na Periferia de São Paulo». Trabalho apresentado no V Seminário Discente de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, São Paulo.
- BASTIAN, Jean-Pierre (1994). *Protestantismos y Modernidad Latinoamericana: Historia de unas Minorías Religiosas Activas en América Latina*. México; Fondo de Cultura Económica.
- BOAS, Taylor (2014). «Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil». *Journal of Politics in Latin America*, 6 (2), 39-72.
- BOHN, Simone R. (2004). «Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral». *Opinião Pública*, vol. 10, no. 2, pp. 288-338.
- BORGES JR., Jerônimo (2010). *A Participação Política da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado do Maranhão Pós-1986*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- CHESNUT, Andrew R. (1997). *Born Again in Brazil: the Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Jersey, Rutgers University Press.
- CUYABANO, Felipe O. (2009). *A Política da Salvação: a Política e o Encantamento da Igreja Universal do Reino de Deus em Cáceres – MT*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- D'EPINAY, Christian L. (1970). *O Refúgio das Massas: Estudo Sociológico do Protestantismo Chileno*. Tradução de Waldo Cesar. Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra.
- DODSON, Michael (1997). «Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America». In: CLEARY, Edward; STEWART-GAMBINO, Hannah (eds.). *Power, Politics, and Pentecostals*. Boulder; Westview Press.
- FERNANDES, Rubem C. (1998). *Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro, Mauad.
- FIGUEIREDO NETTO, Gabriela; SPECK, Bruno (2015). «Eleições 2014: uma Análise Sobre o Financiamento de Campanha dos Candidatos Pastores». Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS, pp. 1-27.
- FRESTON, Paul (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- GASKILL, Newton (1997). «Rethinking Protestantism and Democratic Consolidation in Latin America». *Sociology of Religion*, vol. 58, no. 1, pp. 69-91.
- GREEN, Donald; KRASNO, Jonathan (1988). «Salvation for the Spendthrift Incumbent: Reestimating the Effects of Campaign Spending in House Elections». *American Journal of Political Science*, vol. 32, no. 4, pp. 884-907.
- GREEN, Donald; PALMQUIST, Bradley; SCHICKLER, Eric (2002). *Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters*. New Haven, Yale University Press.

- HUDDY, Leonie (2013). «From Group Identity to Political Cohesion and Commitment». In: _____; SEARS, David; LEVY, Jack (eds.). *The Oxford Handbook of Political Psychology*. New York: Oxford University Press.
- JACOBSON, Gary C. (1978). «The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections». *American Political Science Review*, vol. 72, pp. 469-491.
- JACOBSON, Gary C. (1985). «Money and Votes Reconsidered: Congressional Elections, 1972-1982». *Public Choice*, vol. 47, pp. 7-62.
- JACOBSON, Gary C. (1990). «The Effects of Campaign Spending in House Elections: New Evidence for Old Arguments». *American Journal of Political Science*, vol. 34, no. 2, pp. 334-62.
- LACERDA, Fábio (2017). «Evangelicals, Pentecostals and Political Representation in Brazilian Legislative Elections». *Rev. Bras. Ci. Soc.*, vol. 32, no. 93.
- LEMOS, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João H. (2010). «Porque Dinheiro Importa: a Dinâmica das Contribuições Eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006». *Opinião Pública*, vol. 16, no. 2, pp. 366-393.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio (2003). «Estratégias para Sobreviver Politicamente: Escolhas de Carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil». *Opinião Pública*, vol. 9, no. 1, pp. 44-67.
- MANCUSO, Wagner P. (2015). «Investimento Eleitoral no Brasil: Balanço da Literatura (2001-2012) e Agenda de Pesquisa». *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, no. 54, pp. 155-183.
- MARIANO, Ricardo (2004). «Expansão Pentecostal no Brasil: o Caso da Igreja Universal». *Estudos Avançados*, vol. 18, no. 52, pp. 121-138.
- MARIZ, Cecília (1992). «Religion and Poverty in Brazil: A Comparison of Catholic and Pentecostal Communities». *Sociological Analysis*, vol. 53, pp. 63-70.
- MARTIN, David (1990). *Tongues of Fire: The Explosion of Protestantism in Latin America*. Cambridge, Blackwell Publishers.
- MILLER, Arthur; WLEZIEN, Christopher; HILDRETH, Anne (1991). «A Reference Group Theory of Partisan Coalitions». *The Journal of Politics*, vol. 53, no. 4, pp. 1134-1149.
- ORO, Ari P. (2003a). «A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros». *RBCS*, vol. 18, no. 53, pp. 53-69.
- ORO, Ari P. (2003b). «Organização Eclesial e Eficácia Política: o Caso da Igreja Universal do Reino de Deus». *Civitas*, vol. 3, no. 1, pp. 98-109.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio (2007). «O que É que o Reeleito Tem? O Retorno: o Esboço de uma Teoria da Reeleição no Brasil». *Revista de Economia Política*, vol. 27, no. 4, pp. 664-83.
- RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario (2015). «Grupos Sociais e Preferência Política: o Voto Evangélico no Brasil». *RBCS*, vol. 30, no. 87, pp. 115-128.
- SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno (2012). «Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma Análise das Eleições de 2006». *Opinião Pública*, 18 (1), 177-197.
- SAMUELS, David (2001a). «Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil». *The Journal of Politics*, vol. 63, no. 2, pp. 569-584.

- SAMUELS, David (2001b). «Money, Elections, and Democracy in Brazil». *Latin American Politics and Society*, vol. 43, no. 2, pp. 27-48.
- SANTOS, F.; CANELLO, J. (2015). «Brazilian Congress, 2014 Elections and Governability Challenges». *BPSR*, vol. 9, no. 1.
- SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice L. (2006). “A Igreja do Evangelho Quadrangular nas Eleições de 2006: a Disputa pela Vaga de Deputado Federal”. *Debates do NER*, ano 7, no. 10, pp. 27-37.
- SMITH, Christian (1994). «The Spirit of Democracy: Base Communities, Protestantism, and Democratization in Latin America». *Sociology of Religion*, vol. 55, no. 2, pp. 119-143.
- SPECK, Bruno; MANCUSO, Wagner (2014). «A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance». *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, no. 1, pp.34-57.
- SOUZA, André R. (2009). «O Desempenho Político-Eleitoral dos Evangélicos de 1986 a 2008». *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. 1, no. 3.
- STRATMAN, Thomas (2005). «Some Talk: Money in Politics. A (Partial) Review of the Literature». *Public Choice*, no. 124, pp. 135-156.
- STOLL, David (1990). *Is Latin America Turning Protestant?*. Berkeley; University of California Press.
- VALLE, Vinicius S. M. (2013). *Pentecostalismo e Lulismo na Periferia de São Paulo: Estudo de Caso sobre uma Assembleia de Deus na Eleição Municipal de 2012*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WILLEMS, Emilio (1967). *Followers of the New Faith: Culture Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile*. Nashville, Vanderbilt University Press.

APÊNDICE

Modelos de regressão OLS para a Câmara dos Deputados.

	Variável Dependente					
	(Ln) Gasto per capita	% Gasto	% Voto			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
(Ln) Gasto per capita			0.348*** (0.011)		0.345*** (0.010)	
% Gasto				0.488*** (0.010)		0.489*** (0.010)
Incumbente	2.601*** (0.110)	2.341*** (0.104)	0.952*** (0.071)	0.718*** (0.061)	0.944*** (0.071)	0.717*** (0.060)
Ex-prefeito	1.401*** (0.197)	0.889*** (0.187)	0.567*** (0.118)	0.622*** (0.101)	0.567*** (0.118)	0.618*** (0.101)
% Votos Partido 2010	0.029*** (0.006)	0.014** (0.005)	0.008** (0.003)	0.011*** (0.003)	0.006* (0.003)	0.012*** (0.003)
Pentecostal	0.909*** (0.223)	0.057 (0.212)	0.339* (0.201)	0.682*** (0.172)		
Evangélico			-0.031 (0.183)	-0.075 (0.157)		
Título Religioso			0.030 (0.208)	0.086 (0.178)	0.016 (0.171)	0.053 (0.147)
(Pentecostal – IURD)					0.330** (0.153)	0.603*** (0.131)
IURD					0.502* (0.270)	0.933*** (0.231)
Coalizão Federal	0.866*** (0.084)	0.381*** (0.080)	-0.068 (0.051)	0.046 (0.043)		
Mulher	-0.212** (0.093)	-0.071 (0.089)	-0.040 (0.056)	-0.078* (0.048)	-0.042 (0.056)	-0.080* (0.048)
Afro	-0.336*** (0.074)	-0.212*** (0.070)	-0.003 (0.044)	-0.017 (0.038)	-0.004 (0.044)	-0.018 (0.038)
Idade	0.011*** (0.003)	-0.001 (0.003)	-0.010*** (0.002)	-0.006*** (0.001)	-0.010*** (0.002)	-0.006*** (0.002)
PSC	0.231 (0.221)	0.164 (0.210)	0.002 (0.131)	0.004 (0.112)	0.014 (0.130)	-0.018 (0.112)
PRB	-0.616*** (0.218)	-0.387* (0.421)	0.239* (0.130)	0.216* (0.111)		
Constante	-5.987*** (0.161)	0.421*** (0.153)	2.738*** (0.115)	0.447*** (0.082)	2.722*** (0.113)	0.463*** (0.082)
N	3109	3110	3109	3110	3109	3110
R ²	0.304	0.203	0.442	0.591	0.442	0.590

Nota: erros padrão em parênteses. * for p<0.1; ** for p<0.05; *** for p<0.01.

Modelos de regressão OLS para as Assembleias Legislativas.

	Variável Dependente					
	(Ln)	% Gasto		% Voto		
	Gasto per capita					
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
(Ln) Gasto per capita			0.128*** (0.002)		0.128*** (0.002)	
% Gasto				0.504*** (0.006)		0.505*** (0.006)
Incumbente	2.011*** (0.070)	0.871*** (0.023)	0.616*** (0.016)	0.434*** (0.014)	0.613*** (0.016)	0.431*** (0.014)
Ex-prefeito	1.133*** (0.111)	0.358*** (0.037)	0.244*** (0.024)	0.209*** (0.020)	0.244*** (0.024)	0.209*** (0.020)
% Votos Partido 2010	0.044*** (0.004)	0.011*** (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001 (0.001)	0.001* (0.001)
Pentecostal	0.597*** (0.167)	0.022 (0.056)	0.360*** (0.050)	0.383*** (0.043)		
Evangélico			-0.119*** (0.046)	-0.056 (0.040)		
Título Religioso			0.123** (0.050)	0.071* (0.050)	0.032 (0.036)	0.025* (0.031)
(Pentecostal – IURD)					0.253*** (0.042)	0.311*** (0.035)
IURD					0.416*** (0.078)	0.546*** (0.067)
Coalizão Federal	0.419*** (0.045)	0.068*** (0.015)	0.001 (0.010)	0.021** (0.008)		
Mulher	-0.071 (0.057)	-0.021 (0.019)	-0.035*** (0.012)	-0.033*** (0.010)	-0.035*** (0.012)	-0.032*** (0.010)
Afro	-0.146*** (0.041)	-0.060*** (0.013)	-0.008 (0.009)	0.004 (0.007)	-0.008 (0.009)	0.004 (0.007)
Idade	-0.002 (0.002)	-0.002*** (0.001)	-0.002*** (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.002*** (0.000)	-0.001*** (0.000)
PSC	-0.209** (0.105)	-0.028 (0.035)	0.005 (0.022)	-0.006 (0.019)	0.005 (0.022)	-0.014 (0.019)
PRB	-0.135 (0.126)	-0.056 (0.043)	0.054** (0.027)	0.066*** (0.023)		
Constante	-5.095*** (0.097)	0.315*** (0.033)	0.964*** (0.024)	0.150*** (0.018)	0.966*** (0.024)	0.158*** (0.018)
N	7295	7300	7295	7300	7295	7300
R ²	0.191	0.215	0.502	0.638	0.501	0.637

Nota: erros padrão em parênteses. * for p<0.1; ** for p<0.05; *** for p<0.01.